

O Reflexo dos Gastos Públicos nas Receitas das Empresas que Realizam suas Operações Mercantis Predominantemente no Mercado Nacional: Um Estudo no Período de 2002 a 2006.

Autoria: Pedro Lopes de Araújo Neto, Valdério Freire de Moraes Júnior, Thaiseany de Freitas Rêgo, Thayse Priscila Filgueira de Melo

Resumo

Uma das principais funções de uma empresa é obter lucro. Contudo, sua existência proporciona benefícios à sociedade devido à geração de empregos, pagamento de tributos e potencializando o desenvolvimento econômico. No modelo keynesiano, o Estado possui grande importância para o equilíbrio do mercado e o crescimento da economia. Uma das estratégias para consecução deste fim é o aumento dos gastos públicos, os quais elevam, por conseguinte, as receitas das empresas. Como o Brasil adota políticas econômicas que transitam pelo neoliberalismo e o novo-keynesiano, surge o questionamento se os gastos públicos brasileiros influenciam nas receitas das empresas que possuem faturamento predominantemente no mercado nacional. Para o período de 2002 e 2006, foram analisadas as evoluções das receitas de 57 empresas listadas na Bovespa, assim como os gastos públicos com folha de pagamento, obras e instalações, materiais de consumo e permanente, serviços de terceiros e outras despesas correntes e investimentos. Os estudos se processaram através da análise horizontal dos dados e análise de correlação simples. Os resultados comprovaram que as receitas das empresas são bastante correlacionadas com os gastos públicos. A União foi o ente da federação que mais influenciou as receitas das empresas e os gastos com folha de pagamento e material de consumo e permanente sendo os mais relacionados.

1 Introdução

Nas últimas décadas têm-se discutido amplamente sobre a finalidade das empresas. Numa primeira reflexão, poderia se afirmar que seu objetivo, pelo menos principal, seria obter lucros para remunerar seus proprietários. Nada mais lógico, pois estes despendem recursos num empreendimento, geralmente na incerteza sobre o seu retorno, com o objetivo de obter uma remuneração considerada satisfatória sob a sua avaliação.

Defende-se também que as empresas deveriam exercer um papel social, proporcionando bem-estar à população, haja vista sua existência ser uma concessão da própria sociedade, através do Estado. Essa dicotomia provoca discussões sobre o papel das empresas na sociedade.

Compreende-se, contudo, que, mesmo para as empresas com finalidades exclusivamente lucrativas, sua existência já proporciona benefícios sociais, através da geração de empregos, do pagamento de tributos e da organização dos fatores de produção, potencializando o crescimento econômico. Nesta ótica, seria imprescindível para uma sociedade a existência de empresas saudáveis econômica e financeiramente.

As empresas atingem estabilidade econômico-financeira através da realização de atividades operacionais que proporcionam lucros econômicos, ou seja, receitas superiores aos custos de bens e serviços, despesas e custo do capital.

Reflete-se, assim, sobre o papel do Estado para o crescimento das empresas, em especial, da própria economia. John Keynes, principal pensador da teoria macroeconômica keynesiana, que surgiu após a depressão norte-americana de 1929, defende que o Estado é um agente estabilizador da atividade econômica, ajustando as imperfeições do mercado através de regulações ou adoção de políticas monetárias e fiscais.

A teoria keynesiana afirma que os gastos públicos promovem crescimento econômico. Inclusive, eles são um dos grandes agregados macroeconômicos, integrando o cálculo do Produto Nacional.

Analisando particularmente o Brasil, que adota simultaneamente políticas econômicas baseadas em modelos novo-keynesiano e neoliberal, as empresas, teoricamente, necessitariam de aumento nos gastos públicos para assegurar seu crescimento.

Dessa forma, questiona-se: será que as receitas das empresas que realizam suas operações comerciais predominantemente no mercado nacional são impactadas pelo gasto público? Ou seja, um aumento ou diminuição nos gastos públicos reflete em aumento ou diminuição nas receitas das empresas?

Logo, o objetivo da pesquisa é investigar se as receitas das empresas são correlacionadas com os gastos públicos. O período de estudo foi de 2002 a 2006, observando a evolução das receitas líquidas das empresas e os gastos públicos por tipo de despesa e por ente da federação.

Foram selecionadas 57 empresas listadas na Bovespa nos setores de Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Telecomunicações e Utilidade Pública. Relativo aos gastos públicos, foi relacionado os dispêndios com folha de pagamento, serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), material de consumo e permanente, obras e instalações e outras despesas correntes e investimentos. Estes gastos foram organizados, também, por ente da federação: União, Estados e Municípios.

Os estudos desenvolvidos foram: relação dos gastos públicos com as receitas das empresas; os tipos de gastos públicos com as receitas das empresas; os tipos de gastos públicos com as receitas das empresas por setor; os gastos públicos por ente da federação com a receita das empresas, e os tipos de gastos públicos por ente da federação com as receita das empresas.

Os dados foram interpretados através da técnica de análise horizontal e medida estatística de correlação simples, utilizando o coeficiente “*r* de Pearson”.

2 Referencial teórico

2.1 A Função da Empresa

As empresas são criadas a partir da cessão de recursos pelos seus proprietários ou credores, em troca de remuneração. Para cumprir este compromisso com seus financiadores, elas realizam operações de natureza patrimonial, econômica e financeira, de forma a gerar fluxos de caixas suficientes para pagar os juros aos credores e remunerar os proprietários através da distribuição de lucros.

Surge, então, a discussão sobre qual o objetivo da empresa: apenas gerar lucros para remunerar seus financiadores, ou deve realizar outras ações para proporcionar bem estar à sociedade? Assaf Neto (2007, p. 42), baseado nessa discussão, reconhece que “a identificação do objetivo da empresa não é tarefa fácil, requerendo algumas reflexões diante do seu caráter controvertido e, muitas vezes, complexo”.

Santos et al. (2007, p. 349) afirmam que sob a ótica estritamente financeira, o objetivo da empresa é aumentar a riqueza dos proprietários da empresa, não a eximindo, contudo, de cumprir com suas responsabilidades sociais, “[...] seja com o fornecimento de bens e serviços, seja com o pagamento de salários a seus empregados, seja com a preservação da natureza, entre outros”.

Brigham, Gapenski e Ehrhardt (2001 apud ASSAF NETO, 2007) afirmam que a maximização da riqueza dos acionistas promove o bem estar da sociedade. Justificam explicando que: como os acionistas integram a sociedade, o seu crescimento individual reflete no crescimento da própria sociedade; a busca da maximização da riqueza proporciona maior

eficiência à empresa, reduzindo seus custos e melhoria na qualidade dos produtos, beneficiando diretamente os consumidores; e o crescimento a longo prazo traz benefícios aos empregados, aumentando a oferta de empregos, o que acaba beneficiando também a sociedade.

Sob o ponto de vista econômico, as empresas integram os fatores de produção, conjuntamente com a terra, o trabalho, o capital e a tecnologia (ROSSETTI, 2003). Numa classificação mais tradicional, os fatores de produção, que são os recursos básicos para a produção de bens e serviços que satisfazem as necessidades humanas, dividem-se em três categorias, terra, trabalho e capital, estando as fábricas inseridas neste último (TROSTER; MOCHÓN, 1999).

A geração de emprego e o pagamento de tributos seriam uma das vantagens diretas à sociedade; indiretamente, seria a potencialização do desenvolvimento econômico, como explica Rossetti (1999, p. 141), quando discorre sobre os fatores de produção:

Na realidade, a existência de recursos humanos aptos para o exercício da atividade produtiva, a disponibilidade de capital, a dotação de reservas naturais e a capacidade tecnológica acumulada só geram fluxos de produção, quando mobilizados e combinados. Isoladamente, cada um de per si, não é suficiente para que se desencadeie o processo de produção. Caso não sejam idealizados, implantados e mantidos empreendimentos capazes de absorver e combinar esses recursos, eles serão apenas potencialmente relevantes. Adquirem importância efetiva, não apenas potencial, quando empregados conjuntamente. É de seu emprego, de sua aglutinação em torno de determinado empreendimento, de sua adequada combinação, bem como da organização e da direção a que se submetem que resultam os fluxos de produção. E todo esse esforço de mobilização e coordenação é atribuível ao “quinto fator de produção”, a capacidade empresarial.

Assim, apesar de a empresa ter como objetivo direto obter lucro, maximizando a riqueza dos seus proprietários, a sua existência, por si só, proporciona direta ou indiretamente benefícios para a sociedade.

2.2 Receitas e sua contribuição para a consecução dos objetivos da empresa

A empresa, para atingir o seu objetivo básico, que é maximizar a riqueza dos seus proprietários, executa atividades operacionais, atuando basicamente nos setores econômicos primários, secundário e terciário. Segundo Troster e Mochón (1999, p. 20), ela é a “unidade de produção básica. Contrata trabalho e compra fatores com o fim de fazer e vender bens e serviços”.

Logo, através da venda do seu objeto operacional, seja a extração, a produção, a comercialização ou a prestação de serviço, é que as empresas obtêm os recursos necessários para remunerar os seus financiadores, credores e proprietários, e para pagar os seus empregados, os tributos e os fornecedores, proporcionando assim benefícios para toda a sociedade.

Receita, numa conceituação básica, é um aumento de lucro (HENDRIKSEN; BREDA, 1999). Uma recuperação do custo por parte da empresa, como resultado da sua atividade econômica (FRANCO, 1997). Seria o produto da venda de bens e serviços, por um preço superior ao custo de produção, aquisição ou dos serviços prestados, gerando conseqüentemente lucro, ou seja, fluxos de caixas adicionais na atividade operacional.

Iudícibus (2000, p. 155), apresenta um conceito mais elaborado para receita, onde o seu reconhecimento depende da validação pelo mercado do produto dos agregados de bens e serviços da entidade:

É a expressão monetária, validada pelo mercado, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo (em determinado período de tempo), e que provoca um aumento concomitante no ativo e no patrimônio líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou do acréscimo do passivo) e do patrimônio líquido provocados pelo esforço em produzir tal receita.

Assim, somente haverá receita quando o bem ou serviço da empresa for efetivamente vendido, por um valor superior ao custo, gerando aumento no ativo e patrimônio líquido da entidade. O valor da receita será aquele acordado (validado) na transação.

2.3 A Influência dos Gastos Públicos no Desenvolvimento Econômico

Existem duas grandes fontes da teoria macroeconômica: clássica e a keynesiana. Segundo Rossetti (1999, p. 782), “[...] seus fundamentos são ainda a base da reflexão teórica em macroeconomia e a inspiração para a formulação de estratégias corretivas para situações conjunturais ou crônicas de equilíbrio”.

A teoria clássica, que tem como principal pensador o economista escocês Adam Smith, preconizava que as forças do mercado sozinhas eram suficientes para manter a economia em equilíbrio, atingindo o pleno emprego. Esta teoria predominou por cerca de 150 anos, sendo questionada após a grande depressão na economia norte-americana em 1929, quando ocorreram desempregos em larga escala, e que eram improváveis segundo os pressupostos da doutrina.

A teoria keynesiana, que tem como principal pensador o economista inglês John Keynes, teve impulso a partir da depressão de 29. Keynes refutou a teoria clássica, afirmando que o mercado não se auto-regulava e nem poderia atingir o pleno emprego. As suas imperfeições poderiam levar as economias a depressões agudas, como a 29. Necessário, pois, seria a intervenção do Estado no sistema econômico, buscando reestruturar ou evitar as imperfeições provocadas pelo mercado. Destaca Lopes et al. (1998, p. 16) que:

Enquanto para os economistas neoclássicos a ação governamental deveria restringir-se à produção dos chamados bens públicos (como, por exemplo, segurança, educação etc.), a partir de Keynes o governo tinha não apenas a oportunidade, mas também a necessidade de orientar sua política econômica para promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia.

Assim, baseado na teoria Keynesiana, o governo passaria a regular os agentes do mercado, bem como realizar ações (política fiscal e monetária) com o intuito de promover o crescimento econômico. Uma das estratégias da política fiscal seria a manipulação dos gastos públicos em consumo e investimento. Como explica Giambiagi e Além (2000, p. 35), “[...] em uma situação recessiva, o governo pode promover um crescimento dos seus gastos em consumo e/ ou investimentos e com isso incentivar um aumento na demanda agregada, tendo como resultado um maior nível de emprego e renda na economia”.

Depreende-se, portanto, que o aumento nos gastos públicos promove crescimento econômico. Lopes et. al. (1998, p. 128) explicam que “o gasto público estimula a renda por elevar os gastos autônomos. Assim, quanto maior for esta variável, maior será a renda de equilíbrio”.

Inclusive, os gastos públicos integram, juntamente com os gastos privados, o investimento e as exportações líquidas, o cálculo do Produto Nacional, ou seja, “[...] de todos os bens e serviços finais produzidos em um ano por uma economia [...]” (TROSTER; MOCHÓN, 1999, p. 176).

No modelo econômico endógeno, o crescimento é visto como um produto das forças econômicas internas. Segundo Silva Filho e Carvalho (2001, p. 467), “[...] a economia pode atingir um equilíbrio de crescimento perpétuo, através de suas forças internas”. Souza (2007), explicando o modelo de desenvolvimento endógeno elaborado por Barro, destaca que o gasto público é função da produção privada, devido a alguns daqueles servirem de insumo para a produção do setor privado, propiciando crescimento no longo prazo.

2.4 Análise Financeira: ênfase na análise horizontal

A análise dos demonstrativos contábeis compreende a relacionamento entre contas patrimoniais e de resultado, com o objetivo de fornecer informações úteis para os interessados. Através destes relacionamentos, é possível inferir sobre a capacidade de pagamento da empresa, no curto e longo prazo; é possível identificar o seu nível de endividamento; os ganhos na atividade operacionais decorrentes do giro e da margem; os ganhos dos proprietários; a evolução da política de financiamento e investimento da empresa; a lucratividade da empresa, entre outras informações.

Segundo Assaf Neto (2002, p. 48), “a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pela empresa, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras”.

Para Silva (2004) a análise financeira organiza as informações contábeis e agrega outras informações com o objetivo de auxiliar seus usuários na avaliação, tomada de decisão e orientação. Com isso, busca-se proporcionar a cada tipo de usuário um conjunto de informações que melhor atenda suas necessidades.

Uma das ferramentas da análise dos demonstrativos contábeis é a análise horizontal, que consiste no estudo da evolução dos componentes patrimonial e de resultado. É a comparação feita entre valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais (ASSAF NETO, 2002).

O processamento da análise horizontal é através de números-índices. A metodologia consiste inicialmente em estabelecer um ano-base, atribuindo a este o índice 100. Nos anos seguintes é feita a comparação com o ano-base. Se o índice for acima de 100, indica que houve um crescimento, correspondente a parcela que exceder a 100. Se o índice for abaixo de 100, indica que houve uma redução nos valores, correspondente a parcela que for inferior a 100.

Como explica Assaf Neto (2002, p. 101),

O número-índice é a relação existente entre o valor de uma conta contábil (ou grupo de contas) em determinada data (V_d) e seu valor obtido na data-base (V_b). Em outras palavras, V_d representa um valor monetário identificado no exercício que se pretende comparar por meio de um índice, e V_b exprime esse mesmo valor apurado no exercício em que se efetua a comparação.

2.5 Atualização das Informações Contábeis e sua Importância para o Processo de Análise

As informações contábeis são registradas de acordo com o valor de transação original, atendendo ao princípio contábil do custo como base do valor histórico. Numa economia que sofre inflação ou deflação, os valores contabilizados a valores históricos perdem substância ao longo do tempo, não refletindo o seu real valor quando comparado com registros contábeis futuros.

Iudícibus (2000) lembra que os usuários da informação contábil desejam que estas sejam relevantes, no sentido de reproduzir com maior fidelidade possível a realidade empresarial. Informações distorcidas em virtude de desarranjos econômicos não são úteis no processo de tomada de decisão, principalmente quando se deseja comparar mesmas contas ou grupo em datas distintas.

Assaf Neto (2002) ressalta que é incompatível para o analista trabalhar com informações contábeis nominais, quando estas sofreram modificação no valor real em decorrência de inflação, sendo indispensável a atualização desses valores a moeda monetária constante, mantendo a mesma capacidade de compra.

No processo de atualização monetária das contas contábeis, deve haver uma diferença nos procedimentos quando as mesmas forem patrimoniais e de resultado. As contas patrimoniais refletem o valor do ativo, passivo ou patrimônio líquido em determinada data. Assim, por exemplo, se o valor da conta Caixa for \$ 1.000 em 31.12, indica que em 31.12 o caixa da empresa possuía exatamente \$ 1.000.

Já as contas de resultado, receitas e despesas, apresentadas em determinada data refletem o somatório das ocorrências daqueles fatos contábeis durante o período do relatório. Assim, se o relatório elaborado em 31.12.x6, relativo ao período de x6, apresentar uma despesa com pessoal de \$ 1.000, indica que durante o período de x6, ocorreram uma ou mais despesas, que ao final totalizaram \$ 1.000.

Assim, as contas patrimoniais podem ser corrigidas diretamente para a data em que se deseja realizar a comparação. As contas de resultado, por sua vez, devem, como explica Assaf Neto (2007, p. 116), sofrer atualização a partir do próprio exercício social e, quando não for conhecida a data de formação dos seus valores, adotar a correção média do período.

2.6 Análise Estatística de Correlação

Segundo Stevenson (2001), a estatística compreende a organização, o resumo a simplificação de informações (estatística descritiva), o estudo de probabilidades, ou seja, o cálculo das possibilidades de ocorrência ou não de determinado evento, e a análise e interpretação de dados amostrais, de forma a efetuar determinada mensuração sobre parcela, porém típica, da “população”, e fazer inferências sobre a população total.

O estudo de correlação entre variáveis integra o ramo estatístico da inferência, indicando a co-relação entre variáveis e mostrando até que ponto as mesmas estão relacionadas. A correlação “visa explicar o grau de relacionamento verificado no comportamento de duas ou mais variáveis” (ASSAF NETO, 2007, p. 256).

Quando se estuda apenas a relação entre duas variáveis, tem-se a correlação simples, quando o relacionamento for a mais de duas variáveis, tem-se a correlação múltipla. Quando o estudo se desenvolver sobre duas variáveis contínuas (ou seja, que podem assumir quaisquer valores no intervalo de valores), o grau de relacionamento é sintetizado pelo coeficiente de correlação conhecido com “r de Pearson” (STEVENSON, 2001).

Os resultados obtidos pelo “r de Pearson” podem ser positivos ou negativos, variando de -1 até +1. Um resultado positivo indica que as variáveis são correlacionadas diretamente, ou seja, quando uma aumenta, a outra tende a aumentar. Um resultado é negativo indica que as variáveis são inversamente correlacionadas, ou seja, quando uma aumenta outra tende a

diminuir, e vice-versa. Um resultado nulo indica que as variáveis não são correlacionadas. Quanto mais os resultados se aproximam dos números extremos do coeficiente, -1 e +1, indica que as variáveis são mais relacionadas, positiva ou negativamente.

3 Metodologia

Buscando responder ao problema da pesquisa, que é investigar se as receitas das empresas são influenciadas pelos gastos públicos, foram analisadas para o período compreendido entre 2002 e 2006, a evolução das receitas líquidas das empresas e os gastos públicos por tipo de despesa e por ente da federação.

Foram selecionadas 57 empresas listadas na Bovespa nos setores de Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Telecomunicações e Utilidade Pública. A escolha destes setores ocorreu porque as empresas integrantes obtêm grande parte do faturamento no mercado nacional, onde são alocados os gastos públicos. Quanto à escolha das empresas, foram selecionadas aquelas com faturamento superior a R\$ 100 milhões anuais e que possuíam demonstrações financeiras publicadas na Bovespa desde 2002.

Relativo aos gastos públicos, foi relacionado os gastos com folha de pagamento, serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), material de consumo e permanente, obras e instalações e outras despesas correntes e investimentos. Estes gastos foram organizados, também, por ente da federação: União, Estados e Municípios. No gasto com folha de pagamento, incluíram-se os pagamentos de salários aos ativos, inativos, pensionistas e terceirização, além das aposentadorias, pensões e benefícios assistências da previdência social. As transferências da União para os Municípios e Estados, bem como destes para os Municípios, não foram computados como gastos, evitando a dupla contagem das despesas.

Os dados relativos aos gastos públicos foram obtidos no site do Tesouro Nacional. As receitas líquidas das empresas foram obtidas no site da Bovespa. Todos os dados relacionados foram atualizados monetariamente para moeda de 31 de dezembro de 2006. O índice utilizado foi o Índice Nacional de Preço a Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, extraído do seu site. Considerando que os dados trabalhados, receitas das empresas e gastos públicos (despesas) são formados durante o período anual, a técnica de correção empregada foi a taxa média geométrica, como explicado por Assaf Neto (2002, p. 113-116).

Os estudos desenvolvidos foram feitos, considerando a hipótese de relacionamento entre as receitas das empresas e os gastos públicos, para identificar quais entes da federação e tipos de gastos públicos influenciam o faturamento das empresas: relação dos gastos públicos com as receitas das empresas; os tipos de gastos públicos com as receitas das empresas; os tipos de gastos públicos com as receitas das empresas por setor; os gastos públicos por ente da federação com a receita das empresas, e os tipos de gastos públicos por ente da federação com as receitas das empresas.

Os dados foram interpretados através da técnica de análise horizontal e medida estatística de correlação simples, utilizando o coeficiente “*r* de Pearson”.

4 Análise dos resultados

4.1 Dados Coletados na Pesquisa

TABELA 1 - Receitas Líquidas por Setor, Atualizado: Período 2002 a 2006 (em R\$ mil)

Setor/ Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Consumo Cíclico	13.513.495	13.182.817	14.811.282	15.327.117	17.328.488
Consumo não-Cíclico	26.109.896	27.000.931	26.430.631	28.080.186	27.789.440
Telecomunicações	41.072.613	41.430.975	42.923.745	42.795.413	40.864.996
Utilidade Pública	36.539.023	37.437.742	40.565.773	43.583.873	44.283.163

Receita Total	117.235.026	119.052.466	124.731.431	129.786.589	130.266.087
----------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Fonte: site do Tesouro Nacional

Conforme descrito na anteriormente, os estudos foram desenvolvidos sobre a evolução da receita líquida das empresas e os gastos públicos ocorridos no período de 2002 a 2006. Na primeira parte das análises, a ênfase foi nos tipos de gastos públicos; em seguida se estudou a relação entre os tipos de gastos públicos e as receitas das empresas por setor. A segunda parte das análises foi centrada nos gastos públicos por ente da federação e sua influência nas receitas das empresas.

TABELA 2 - Gastos Públicos por Ente da Federação, Atualizado: Período de 2002 a 2006

	União	Estado	Município
2002	286.822.698.241	182.327.723.858	105.569.529.415
2003	283.395.560.479	178.158.281.803	127.182.612.434
2004	301.588.300.914	185.785.619.821	121.817.787.921
2005	333.204.154.909	198.615.347.590	115.647.411.234
2006	364.016.826.520	217.855.460.323	140.212.781.980

Fonte: site do Tesouro Nacional

Com base na análise horizontal dos dados coletados nas Tabelas 1 e 2, período 2002 a 2006, observa-se que os gastos públicos totais aumentaram 25,64 %, enquanto que as receitas líquidas das empresas cresceram 11,12 %, como observado no Quadro 1:

QUADRO 1 – Análise Horizontal Receita Líquida x Gastos Públicos

	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Líquida	100	102,00	106,39	110,71	111,12
Gastos Públicos	100	102,44	106,00	112,66	125,64

Fonte: elaborado pelos autores

Verifica-se que os gastos públicos e as receitas das empresas cresceram de forma equivalente até 2005. Em 2006 esta situação se modificou em virtude de os gastos públicos crescerem 12,57 % a mais que as receitas, proporcionando uma abertura nas curvas das variáveis.

TABELA 3 – Gastos Públicos por Tipo por Ente da Federação, Atualizado: Período 2002 a 2006

Tipo de Gasto: Folha de Pagamento			
	União	Estado	Município
2002	226.460.979.348	120.275.596.413	49.560.710.808
2003	237.325.916.860	119.433.830.075	61.071.701.122
2004	249.539.125.481	121.302.326.519	57.603.935.739
2005	270.391.564.844	128.145.195.222	56.430.096.855
2006	298.769.150.208	138.866.535.517	65.576.780.670
Tipo de Gasto: Serviços de Terceiros (Pessoa Física ou Jurídica)			
	União	Estado	Município
2002	20.365.438.728	26.026.669.605	26.416.792.232
2003	15.950.430.390	22.938.785.498	32.243.230.183
2004	14.473.209.291	25.834.365.071	31.794.658.190
2005	15.257.674.531	28.765.100.610	30.601.704.526
2006	15.281.761.553	30.185.290.382	37.991.460.530
Tipo de Gasto: Material de Consumo e Permanente			
	União	Estado	Município
2002	7.271.443.289	8.759.293.344	8.618.039.672

2003	6.080.164.529	9.823.441.656	11.863.517.335
2004	8.405.651.450	10.631.151.529	11.825.125.476
2005	9.273.178.533	11.802.200.575	12.467.206.232
2006	9.793.314.097	12.002.211.161	14.021.743.901
Tipo de Gasto: Obras e Instalações			
	União	Estado	Município
2002	4.654.542.627	11.059.294.899	13.955.634.401
2003	2.096.985.665	7.833.635.674	13.984.374.600
2004	3.347.669.145	8.712.253.121	11.586.706.430
2005	6.170.341.603	10.832.906.735	6.940.445.455
2006	5.894.760.443	13.127.034.424	11.709.727.137
Tipo de Gasto: Outras Despesas Correntes e Investimentos			
	União	Estado	Município
2002	28.070.294.249	16.206.869.598	7.018.352.303
2003	21.942.063.034	18.128.588.901	8.019.789.193
2004	25.822.645.548	19.305.523.581	9.007.362.086
2005	32.111.395.398	19.069.944.448	9.207.958.166
2006	34.277.840.219	23.674.388.839	10.913.069.743

Fonte: site do Tesouro Nacional

Relativo à evolução da receita líquida e os tipos de gastos públicos estudados, período de 2002 a 2006, o Quadro 2 demonstra as seguintes evoluções:

QUADRO 2 – Análise Horizontal Receita Líquida x Gastos Públicos por Tipo

	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Líquida	100	102,00	106,39	110,71	111,12
Folha de Pagamento	100	105,43	108,11	114,80	126,98
Serviço de Terceiros	100	97,70	99,03	102,49	114,63
Material de Consumo e Permanente	100	112,65	125,21	136,08	145,31
Obras e Instalações	100	80,60	79,70	80,70	103,58
Outras Despesas e Investimentos	100	93,75	105,54	117,73	134,25

Fonte: elaborado pelos autores

À exceção dos gastos com obras e instalações, que teve um crescimento inferior às receitas das empresas, os demais tiveram uma evolução superior. O maior crescimento foram as aquisições de material de consumo e equipamentos permanentes, com 45,31 %.

Como já demonstrado anteriormente, até 2005 o crescimento da receita e dos gastos estudados foram constantes. A observação deste gráfico permite a mesma interpretação. A folha de pagamento, os serviços de terceiros e as outras despesas e investimentos evoluíram de forma equivalente às receitas. Os gastos com obras públicas permaneceram inferiores ao nível de 2002, enquanto os materiais de consumo e permanente evoluíram de forma mais que proporcionais aos demais gastos. Entre 2005 e 2006, verifica-se que os gastos públicos cresceram mais do que as receitas das empresas. Enquanto esta evoluiu apenas 0,41 %, todos os gastos público estudados evoluíram entre 9 e 23 %.

A análise de correlação entre a receita líquida das empresas e cada tipo de gasto público estudado, evidenciou um forte relacionamento entre as variáveis, à exceção dos gastos com obras e instalações, conforme demonstrado no Quadro 3:

QUADRO 3 – Correlação entre a Receita Líquida e os Gastos Públicos por Tipo.

Variáveis Relacionadas	Correlação
Receita Líquida x Folha de Pagamento	0,89

Receita Líquida x Serviço de Terceiros	0,69
Receita Líquida x Material de Consumo e Permanente	0,98
Receita Líquida x Obras e Instalações	0,01
Receita Líquida x Outras Despesas e Investimentos	0,89

Fonte: elaborado pelos autores

Da análise entre a receita líquida e os gastos públicos totais, observa-se uma correlação de 0,89, indicando um relacionamento bastante acentuado entre as variáveis.

4.2 Relação Tipos de Gastos Públicos x Receita Líquida por Setor

Baseado nos dados coletados nas Tabela 1 e 2, serão apresentadas, para o período de 2002 a 2006, as relações entre as evoluções dos tipos de gastos públicos com as receitas das empresas por setor. Através de análise correlacional, observa-se os gastos públicos que influenciaram nos setores da economia estudado, conforme o Quadro 4:

QUADRO 4 – Correlação entre Receitas por Setor e Gastos Públicos por Tipo

	Consumo Cíclico	Consumo Não Cíclico	Telecomunicações	Utilidade Pública
Folha de Pagamento	0,95	0,80	-0,11	0,91
Serviço de Terceiros	0,92	0,59	-0,44	0,73
Material de Consumo e Permanente	0,92	0,83	0,21	0,98
Obras e Instalações	0,41	-0,05	-0,81	0,07
Outras Despesas e Investimentos	0,98	0,71	-0,11	0,91
Total	0,97	0,76	-0,16	0,90

Fonte: elaborado pelos autores

O setor Consumo Cíclico é bastante relacionado com os gastos públicos estudados. Os setores Consumo Não Cíclico e Utilidade Pública também são relacionados com os gastos públicos, à exceção das obras e instalações. O setor Telecomunicações não se relaciona com os gastos públicos estudados, exceto Material de Consumo e Permanente.

A análise entre os resultados totais dos gastos públicos e as receitas por setor ratifica as conclusões anteriores. À exceção do setor de Telecomunicações, os demais apresentam evolução de receitas bastante relacionada com os gastos públicos, com destaque para o setor de Consumo Cíclico, que apresenta correlação quase perfeita, 0,97.

4.2 Relação Gastos Públicos por Ente da Federação x Receita Líquida

Com base na análise horizontal dos dados coletados nas Tabelas 1 e 3, a evolução dos gastos públicos por ente da federação e das receitas líquidas das empresas no período de 2002 a 2006 estão demonstradas no Quadro 5:

QUADRO 5 – Análise Horizontal Receita Líquida x Gastos Públicos por Ente da Federação

	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Líquida	100	102,00	106,39	110,71	111,12
União	100	98,81	105,15	116,17	126,91
Estados	100	97,71	101,90	108,93	119,49
Municípios	100	120,47	115,39	109,55	132,82

Fonte: elaborado pelos autores

No período entre 2002 e 2005, verifica-se que a receita líquida das empresas cresceu de forma equivalente aos gastos da União e dos Estados. Os gastos dos Municípios apresentaram crescimento desproporcional às receitas das empresas, inclusive com índices decrescente entre 2003 e 2005, quando findou apresentando resultado de crescimento semelhante às demais variáveis estudadas.

Entre 2005 e 2006, os gastos públicos cresceram entre 10 e 23 %, enquanto que as receitas evoluíram apenas 0,41 %. Destacam-se os gastos municipais com 23,17 %.

A análise de correlação entre a receita líquida das empresas e os gastos públicos por ente da federação, evidenciou um forte relacionamento entre as variáveis, com destaque para os gastos realizados pela União e Estados, conforme demonstrado no Quadro 6:

QUADRO 6 – Correlação entre Receitas Líquidas e Gastos por Ente da Federação

Variáveis Relacionadas	Correlação
Receita Líquida x Gastos da União	0,92
Receita Líquida x Gastos dos Estados	0,85
Receita Líquida x Gastos dos Municípios	0,53

Fonte: elaborado pelos autores

4.3 Relação Tipo de Gasto por Ente da Federação x Receita Líquida

Baseado nos dados coletados nas Tabelas 1 e 3, serão apresentadas, para o período de 2002 a 2006, as relações entre as evoluções dos tipos de gastos públicos por ente da federação com as receitas das empresas. Através de análise correlacional, observa-se os gastos públicos por ente da federação que influenciaram na economia, conforme o Quadro 7:

QUADRO 7 - Correlação entre Receita Líquida e Gastos por Tipo e por Ente da Federação

	Receita Líquida x União	Receita Líquida x Estados	Receita Líquida x Municípios
Folha de Pagamento	0,93	0,82	0,56
Serviço de Terceiros	-0,70	0,83	0,66
Material de Consumo e Permanente	0,92	0,98	0,83
Obras e Instalações	0,69	0,53	- 0,79
Outras Despesas e Investimentos	0,76	0,80	0,91

Fonte: elaborado pelos autores

São bastante relacionadas com as receitas das empresas os gastos com material de consumo/permanente, folha de pagamento e outras despesas e investimentos realizadas por todos os entes da federação. Não apresentaram relação com as receitas das empresas os gastos com serviços de terceiros realizados pela União, assim como as obras e instalações realizadas pelos Municípios.

5 Considerações finais

Os resultados das análises demonstraram que no período de 2002 a 2006 o crescimento das receitas das empresas e dos gastos públicos foram co-relacionados. Os gastos com material de consumo e permanente, folha de pagamento e outras despesas correntes e investimentos são os mais relacionados com as receitas das empresas. Os setores de Consumo Cíclico e Utilidade Pública são os que mais se relacionam com os gastos públicos.

Observou-se também que os gastos despendidos pela União são os que mais influenciam as receitas das empresas, com destaque para a folha de pagamento e material de consumo e permanente. No geral, este gasto é o que mais se co-relaciona com o faturamento das empresas.

Dessa forma, comprova-se o enunciado da teoria keynesiana que afirma que o gasto público influencia no crescimento da economia e, conseqüentemente, por depositar mais recursos na sociedade, as empresas são beneficiadas com o aumento nos seus faturamentos.

Outras investigações poderiam ser desenvolvidas no sentido de identificar o porquê dos gastos públicos crescerem de forma desproporcional à receita das empresas no período de 2005 a 2006. Poderia ser efeito dos processos eletivos estaduais e federais, que aconteceram nesse intervalo? Uma pesquisa futura poderia estender o período de estudo a fim de replicar os resultados obtidos neste trabalho, bem como identificar a existência de ciclos onde os gastos públicos crescem mais que as receitas das empresas.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Estrutura e Análise de Balanços – Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. Apresentação e Estrutura do Trabalho Monográfico de Acordo com as Normas da ABNT. In: SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br>. Acesso em: 22 de nov. de 2007.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. Título original: Accounting theory. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm. Acesso em: 22 de nov. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia – Básico e Intermediário**. São Paulo: Atlas, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Teoria da Contabilidade: introdutória, intermediária e avançada**. São Paulo: Atlas, 2006.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Consolidacao_Contas_Publicas.xls#Principal!A1. Acesso em: 22 de nov. de 2007.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA FILHO, Guerino Edécio da; CARVALHO, Eveline Barbosa Silva. Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. especial, nov. 2001.

SOUZA, Gedir Silva de. **Política Fiscal e Crescimento Econômico: Evidências para o Caso Brasileiro**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

STEVENSON, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia**. São Paulo: Makron Books, 1999.